

# TRF-4

500 QUESTÕES GABARITADAS -TRIBUNAL  
REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Analista e Técnico  
Judiciário



CÓD: SL-048AB-25  
7908433273912

## Questões Gabaritadas:

|  |     |
|--|-----|
| 1. Língua Portuguesa .....                                 | 5   |
| 2. Noções Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência ..... | 69  |
| 3. Inteligência Artificial e Inovação .....                | 93  |
| 4. Sustentabilidade e Meio Ambiente.....                   | 99  |
| 5. Noções de Direito Administrativo .....                  | 129 |
| 6. Raciocínio Lógico-Matemático (Apenas para Técnico)..... | 157 |

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

### Direito natural e direito dos homens

O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande principio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: “Não faças o que não gostarias que te fizessem”.

Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar. “Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma \*

O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.

*(Adaptado de: VOLTAIRE. Tratado sobre a tolerância. Trad. Ana Luiza Reis Bedé. São Paulo: Martim Cererê, 2017, p. 36)*

Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2ª pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:

- (A) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
- (B) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
- (C) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
- (D) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
- (E) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.

## 2. FCC - 2024

### Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar O instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

*(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume Rousseau = Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)*

É adequada a articulação entre os tempos & os modos das formas verbais na seguinte frase:

- (A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.
- (B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.
- (C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorrera que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.
- (D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de falo a cometê-los.
- (E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

### 3. FCC - 2024

#### **Influências, influentes**

*Novos instrumentos de comunicação dão vida nova a velhos hábitos e subterfúgios. “Influencer”, no tempo digital das redes sociais, designa um agente e propagandista de valores que deseja incutir nos outros.*

*Coisa de hoje? Não apenas: me lembro de um livro de grande sucesso cujo título em português é “Como fazer amigos e influenciar pessoas”, de Da/e Carnegie, editado nos EUA em 1936 e de grande sucesso por aqui nos anos seguintes. Já com esse título, instiga-nos a fazer amigos para sermos influentes. Fazer amizades pode ser um bom negócio ...*

*Essa convicção se expandiu muito em nosso tempo eletrônico, quando também se propagam, sem qualquer prurido, ódios e ultrajes bem direcionados. Influenciar os outros a qualquer custo segue sendo uma obsessão presente.*

*“Influir”, do latim ‘in-fluo’, é “correr para dentro”, ou ainda “insinuar-se”. Mesmo que discretamente, dá alguma medida do que pode haver de invasivo na relação supostamente amistosa. Mas não custa lembrar que “influenza” é também o batismo de um vírus poderoso de gripe, que pode resultar em pneumonia. Hoje, graças às vias digitais, podemos interferir drasticamente na saúde das cabeças alheias e ainda sermos prestigiados por isso.*

(GOMES, Pafúncio. A editar

Há adequada articulação entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) Quando chegarmos a sentir o peso de tantas influências indevidas, nossa reação se mostraria tão tardia como inconsequente.
- (B) Caso as influências logo se mostrassem tão nocivas quanto a “influenza”, haverá tempo para que as rebatêramos.
- (C) Se persistirem nessa escalada, as vias digitais teriam acentuado ainda mais o poder dos “influencers”.
- (D) A menos que se estabeleça algum critério de funcionamento, as vias digitais não haverão de sofrer a influência que exercem.
- (E) No caso de que viessem a se fortalecer ainda mais, quem haverá de fazer frente ao poder dos “influencers”?

### 4. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

#### **História de uma praça**

Numa crônica antiga, intitulada “A rotina e a quimera”, Carlos Drummond de Andrade considerava o fato de que grandes escritores brasileiros, a começar por Machado de Assis, eram também funcionários públicos. Na lista numerosa, Drummond não incluiu a si mesmo, funcionário que foi de mais de um órgão público. A “rotina” do funcionário, outrora cercado de blocos de papéis, lápis e canetas, muitas vezes levava-o à “quimera”, ao universo da ficção e à imaginação criativa.

Mas há também funcionários cuja quimera é, na verdade, a pesquisa histórica. Valem-se de seu talento e de sua disposição para investigar a origem de nomes, de lugares, de fatos primordiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Eliézer Rodrigues, veterano assessor de imprensa da Justiça do Trabalho do Ceará. Dedicou-se a pesquisar dados e a escrever um livro — “Praça José de Alencar - Tempos e viventes”. Já de si, o título indica o âmbito do livro.

O jornalista escritor resgata os primórdios dessa praça de Fortaleza, quando ainda se chamava Praça do Patrocínio, e aborda os principais acontecimentos que envolveram as edificações e pessoas que já habitaram seu entorno. O prédio da Fênix Caixeiral, a Igreja do Patrocínio, a Escola de Comércio, o Centro Médico, o Instituto de Patrimônio Histórico, o Lord Hotel, o INSS, a Associação Cearense de imprensa e a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza são algumas das instituições retratadas na obra.

# NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## 1. FCC - 2024

A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

(A) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

(B) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.

(C) terá sempre eficácia inter partes, independentemente do seu desfecho, isto é, se procedente ou improcedente a ação.

(D) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(E) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita-se a esta sistemática.

## 2. FCC - 2018

Segundo o disposto na Lei nº 7.853/1989, constitui crime apenado com reclusão obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência. A pena prevista em abstrato é de

(A) 3 a 5 anos e multa.

(B) 1 a 3 anos e multa.

(C) 6 meses a 2 anos e multa.

(D) 2 a 4 anos.

(E) 2 a 5 anos e multa.

## 3. FCC - 2018

Na área da saúde, a Lei nº 7.853/1989 prevê como promoção de ação preventiva em benefício da pessoa com deficiência

(A) o incentivo à pesquisa tecnológica em áreas do conhecimento.

(B) a criação de serviços de reabilitação.

(C) a imunização.

(D) o desenvolvimento de programas de saúde com a participação da sociedade.

(E) a garantia do atendimento domiciliar.

## 4. FCC - 2018

Magnólia, empregada da escola "X", está procrastinando dolosamente a inscrição de Camila, com 12 anos de idade, no referido estabelecimento de ensino privado em razão da sua deficiência visual. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 7.853/1989, a conduta de Magnólia

(A) constitui crime punível com reclusão e multa não havendo situação de agravamento de pena.

(B) constitui crime punível com detenção e multa, sendo que a pena será agravada em 1/3 em razão do labor em instituição privada e a condição de deficiência visual.

(C) não constitui crime, por absoluta ausência de tipificação legal.

(D) constitui crime punível com reclusão e multa, sendo que a pena será agravada em 1/3 em razão da idade de Camila.

(E) constitui crime punível com detenção e multa, sendo que a pena será agravada em 2/3 em razão do labor em instituição privada e a condição de deficiência visual.

### 5. FCC - 2018

Considere:

I. A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

II. A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

III. O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 2 anos, educandos portadores de deficiência.

IV. A matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

De acordo com a Lei nº 7.853/1989, ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para esse fim, os órgãos e entidades da Administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos da referida Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as medidas, na área da educação, indicadas **APENAS** em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

### 6. FCC - 2022

O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde

- (A) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.
- (B) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

(C) ao impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(D) à limitação de natureza funcional, decorrente de alguma alteração fisiológica, que, para seu portador, restringe suas oportunidades de integração ajustada e plena e favorece a exclusão social.

(E) ao conjunto de restrições de origem biopsíquica que afetam a plena integração do indivíduo na sociedade, tornando-o portador de necessidades especiais cujo atendimento é dever do Estado, sociedade e família.

### 7. FCC - 2018

A residência inclusiva, conforme prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, será oferecida à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade,

- (A) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
- (B) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.
- (C) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.
- (D) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
- (E) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito da Previdência Social.

### 8. FCC - 2018

Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015, as barreiras existentes nos edifícios públicos ou privados são barreiras

- (A) urbanísticas.
- (B) arquitetônicas.
- (C) atitudinais.
- (D) materiais imperfeitas.
- (E) informais de espaço.

# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO

## 1. (2025)

De acordo com a Resolução nº 332/2020 do CNJ, qual é o principal objetivo da utilização da Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário?

- (A) Substituir integralmente a atuação dos magistrados em decisões repetitivas.
- (B) Reduzir o número de processos judiciais através da automação.
- (C) Promover o bem-estar dos jurisdicionados e assegurar a prestação equitativa da jurisdição.
- (D) Criar bases de dados internacionais para compartilhamento entre tribunais.
- (E) Tornar a decisão judicial exclusivamente baseada em algoritmos de previsibilidade.

## 2. (2025)

Nos termos da Resolução nº 332/2020 do CNJ, a implementação da Inteligência Artificial no Judiciário deve ser compatível com:

- (A) A livre concorrência entre empresas de tecnologia.
- (B) As decisões administrativas do CNMP.
- (C) A segurança pública e a política econômica vigente.
- (D) Os Direitos Fundamentais previstos na Constituição e em tratados internacionais.
- (E) Os princípios da Lei das Estatais.

## 3. (2025)

Conforme a Resolução nº 332/2020 do CNJ, os dados utilizados no treinamento de modelos de IA devem ser:

- (A) Selecionados exclusivamente por empresas terceirizadas.
- (B) Baseados em informações de redes sociais.
- (C) Provenientes de fontes seguras, preferencialmente governamentais.
- (D) Disponibilizados sem restrição de acesso.
- (E) Coletados anonimamente, sem necessidade de rastreamento.

## 4. (2025)

A Resolução nº 332/2020 do CNJ estabelece que, caso se identifique viés discriminatório em modelos de IA, os tribunais devem:

- (A) Reduzir sua aplicação apenas a áreas técnicas.
- (B) Corrigir o viés ou, se não for possível, descontinuar o uso da ferramenta.
- (C) Notificar o usuário externo sobre a presença do viés.
- (D) Arquivar o projeto e impedir sua análise posterior.
- (E) Encaminhar o modelo à Corregedoria Nacional para homologação.

## 5. (2025)

Segundo o Art. 8º da Resolução nº 332/2020 do CNJ, o princípio da transparência envolve:

- (A) Divulgação irrestrita dos dados brutos ao público.
- (B) O direito do usuário à modificação do algoritmo.
- (C) Fornecimento de explicações auditáveis sobre decisões automatizadas.
- (D) Eliminação da necessidade de revisão humana.
- (E) Centralização do sistema apenas no Conselho Nacional de Justiça.

## 6. (2025)

De acordo com o Art. 18 da Resolução nº 332/2020 do CNJ, os usuários externos devem ser:

- (A) Responsabilizados pelo uso indevido da IA.
- (B) Informados sobre o uso da IA, com linguagem clara e precisa, e cientes de que a decisão automatizada não é vinculante.
- (C) Impedidos de contestar os resultados apresentados pelos modelos.
- (D) Treinados tecnicamente para interpretar algoritmos.
- (E) Sujeitos à supervisão judicial automatizada.

**7. (2025)**

A Resolução nº 332/2020 do CNJ orienta que as equipes responsáveis pela implantação de IA devem:

- (A) Ser compostas exclusivamente por magistrados e técnicos de TI.
- (B) Refletir diversidade em gênero, raça, orientação sexual, deficiência, entre outras características.
- (C) Seguir indicação política do tribunal.
- (D) Ter foco apenas em produtividade e agilidade.
- (E) Incluir apenas profissionais concursados.

**8. (2025)**

A Resolução nº 332/2020 do CNJ veda expressamente, durante a pesquisa e desenvolvimento de IA, a prática de:

- (A) Cooperação com órgãos públicos.
- (B) Compartilhamento de dados com o CNJ.
- (C) Direcionamento sectário de investigações e prejuízos à dignidade humana.
- (D) Parcerias com universidades.
- (E) Uso de software de código aberto.

**9. (2025)**

No tocante à aplicação da IA em matéria penal, a Resolução nº 332/2020 do CNJ determina que:

- (A) Seu uso é obrigatório em crimes de menor potencial ofensivo.
- (B) Pode substituir o juiz nas sentenças penais.
- (C) Não deve ser estimulada, exceto para finalidades auxiliares, como cálculo de pena e prescrição.
- (D) É livre desde que supervisionada pelo CNMP.
- (E) Deve ser utilizada para elaborar decisões preditivas automaticamente.

**10. (2025)**

Conforme o Art. 25 da Resolução nº 332/2020 do CNJ, a prestação de contas sobre o uso de IA no Judiciário deve:

- (A) Ocorre apenas internamente, sem divulgação pública.
- (B) Incluir os responsáveis pelo projeto, os custos e os resultados efetivos alcançados.
- (C) Ser apresentada somente após 5 anos de uso da IA.
- (D) Ser feita em sigilo institucional para preservar os modelos.
- (E) Excluir dados sobre parcerias com a sociedade civil.

**11. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 395/2021 do CNJ, a inovação no Poder Judiciário consiste, essencialmente, em:

- (A) A modernização da estrutura física dos tribunais.
- (B) A introdução de novas leis e normas administrativas.
- (C) A implementação de ideias que criem formas de atuação e gerem valor por meio de soluções eficazes.
- (D) A informatização dos processos administrativos.
- (E) A terceirização de atividades jurisdicionais não essenciais.

**12. (2025)**

Segundo o Art. 3º da Resolução nº 395/2021 do CNJ, qual dos seguintes NÃO é um dos princípios da gestão da inovação no Poder Judiciário?

- (A) Sustentabilidade socioambiental.
- (B) Participação de atores externos.
- (C) Interferência política direta.
- (D) Cultura da inovação.
- (E) Transparência.

**13. (2025)**

Conforme a Resolução nº 395/2021 do CNJ, os órgãos do Poder Judiciário devem instituir laboratórios de inovação em até:

- (A) 30 dias da publicação da norma.
- (B) 45 dias úteis a contar do recebimento do ofício.
- (C) 60 dias a partir da publicação da Resolução.
- (D) 90 dias da promulgação constitucional.
- (E) 120 dias conforme ato da Presidência.

**14. (2025)**

De acordo com a Resolução nº 395/2021 do CNJ, o laboratório de inovação do Conselho Nacional de Justiça recebe o nome de:

- (A) LabJus.
- (B) JudInova.
- (C) CNJ-Lab.
- (D) LIODS/CNJ.
- (E) JustFuturo.

### 1. (2024)

Assinale a opção que indica corretamente uma diretriz da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- (A) o apoio e o fomento às atividades que efetivamente reduzam as emissões ou promovam as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa
- (B) a promoção de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, em escala regional, dentro do território brasileiro, para o financiamento de ações de mitigação da mudança climática
- (C) o estímulo à participação da sociedade civil, mediante referendo, no planejamento de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima
- (D) a utilização de indicadores sociais, como índice de desenvolvimento humano (IDH), para promover ações de adaptação à mudança do clima
- (E) o desenvolvimento tecnológico de combate às mudanças climáticas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa federais, em observância das premissas do Observatório do Clima das Nações Unidas

### 2. (2024)

Sobre a Política Nacional das Mudanças Climáticas (Lei Federal nº 12.187/2009), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Compreende-se os efeitos adversos da mudança do clima como mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- (B) As ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam, sempre que possível, mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação a posteriori representam uma das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(C) As instituições financeiras oficiais poderão disponibilizar linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei Federal nº 12.187/2009 mediante procedimento licitatório específico para esses fins.

(D) Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos dessa Política Nacional sobre Mudança do Clima.

(E) São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica.

### 3. (2024)

A Lei nº 12.187/2009 dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Nessa legislação há o seguinte conceito: “os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais”. Trata-se de

- (A) efeitos adversos.
- (B) impacto.
- (C) vulnerabilidade.
- (D) emissões.
- (E) sumidouro.

### 4. (2024)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa. De acordo com esta política, podemos observar que

- (A) emissões são o processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

(B) efeitos adversos da mudança do clima são mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humano.

(C) gases de efeito estufa são efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais.

(D) mitigação é o grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema em função de sua suscetibilidade, capacidade de adaptação, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que se está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais, a variabilidade climática e os eventos extremos.

#### 5. (2024)

No que tange aos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos adotados na Política Nacional sobre Mudança do Clima, o termo “sumidouro” compreende ao:

(A) Dispositivo utilizado em sistemas de tratamentos de efluentes.

(B) Mecanismo que remove da atmosfera gases precursores do gás de efeito estufa.

(C) Constituinte gasoso que, na atmosfera, absorve e reemite radiação infravermelha.

(D) Grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema em lidar com os efeitos adversos da mudança do clima.

#### 6. (2024)

A emissão excessiva de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa, resultando no aquecimento global e em alterações climáticas, razão pela qual é crescente a pressão global pela redução da emissão de tais gases.

De acordo com o conceito trazido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a definição “processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa” corresponde ao conceito de:

(A) sumidouro;

(B) mitigação;

(C) redução de impacto;

(D) adaptação;

(E) sequestro de carbono.

#### 7. (2024)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Os objetivos da PNMC devem estar em consonância com

(A) a eliminação das emissões de gases de efeito estufa no país.

(B) o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

(C) o desenvolvimento de planos setoriais de mitigação e adaptação climática no âmbito nacional.

(D) o estabelecimento de metas fixas de redução de emissões de gases de efeito estufa de origem antrópica quantificáveis e verificáveis.

(E) o uso de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas para os países em desenvolvimento conduzirem projetos de mitigação climática que também tenham foco em benefícios ambientais.

#### 8. (2024)

A Lei nº 12.187/2009 estabelece diretrizes para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas no Brasil. Um dos instrumentos importantes previstos na lei é o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Considerando os artigos da lei e sua aplicação prática, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma medida ou objetivo que deve ser implementado pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima para alcançar as metas de redução de emissões.

(A) O PNMC deve priorizar exclusivamente os setores de energia elétrica, transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interstadual de cargas e passageiros, a indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, as indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, a mineração, indústria da construção civil e os serviços de saúde para a mitigação de gases de efeito estufa, excetuando os setores como agricultura e florestas, devido ao seu menor impacto no aquecimento global, conforme o Art. 11º da Lei nº 12.187/2009

## 1. 2024

A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada

(A) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.

(B) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.

(C) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.

(D) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.

(E) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.

## 2. 2024

A autarquia pertence à Administração Pública

(A) central, executando serviços básicos à população.

(B) independente, relacionada ao terceiro setor.

(C) direta e designa uma espécie de desconcentração por serviços.

(D) indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços.

(E) fundacional, exigindo-se criação por lei.

## 3. 2024

Acerca da organização da Administração Pública, são pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta

(A) os serviços sociais autônomos.

(B) as agências reguladoras.

(C) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

(D) a União, Estados e Municípios.

(E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

## 4. 2024

Podem se constituir como pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado

(A) as empresas públicas e as organizações sociais.

(B) os serviços autônomos e as autarquias profissionais.

(C) as empresas subsidiadas e as sociedades de economia mista.

(D) as autarquias e as empresas estatais.

(E) os consórcios públicos e as fundações públicas.

## 5. 2023

A criação de empresa pública para atuar em regime de competição no mercado com empresas privadas

(A) não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, admitindo-se, em tais casos, a criação de sociedade de economia mista com participação pública minoritária.

(B) pressupõe imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo e demanda prévia autorização legislativa.

(C) é inconstitucional, somente sendo autorizada a atuação empresária do Estado para prestação de serviços públicos.

(D) somente é viável em caráter excepcional, sendo a empresa criada por lei específica, derogatória do regime de direito privado.

(E) não é juridicamente viável, eis que a intervenção direta do Estado no domínio econômico somente é admissível em regime de monopólio ou em setores regulados.

## 6. 2023

Integra a Administração indireta, no direito positivo brasileiro,

(A) organização da sociedade civil de interesse público, que é a pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social.

(B) empresa pública, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

(C) fundação instituída pelo Poder Público, que é o patrimônio exclusivamente público, dotado de personalidade jurídica de direito privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades na ordem social, com capacidade de autoadministração, e mediante controle da Administração Pública.

(D) serviço social autônomo, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com criação autorizada por lei, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sendo mantido por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.

(E) sociedade de economia mista, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria a qualquer ente federado ou à entidade da Administração indireta.

### 7. 2023

A pessoa jurídica de direito privado, constituída de capital público e privado, denomina-se

- (A) autarquia.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) empresa pública.
- (D) fundação privada.
- (E) fundação pública

### 8. 2023

De acordo com o regime estabelecido na Constituição Federal de 1988, as empresas públicas e sociedades de economia mista,

- (A) podem, ambas, atuar no mercado em regime de competição com empresas privadas, se presente relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional e desde que haja autorização legislativa para sua constituição.
- (B) são pessoas jurídicas de direito privado não integrantes da Administração indireta, sendo vinculadas ao ente instituidor por contrato de gestão nos termos do qual transfere-se às mesmas algumas prerrogativas de direito público.

(C) possuem naturezas distintas, em função da participação integral ou parcial do setor público em seu capital, sendo as empresas públicas pessoas jurídicas de direito público equiparadas às autarquias.

(D) somente podem ser prestadoras de serviço público ou atuar em setores econômicos sujeitos a monopólio, sendo criadas ou autorizadas por lei, a qual deve conter clara delimitação do correspondente objeto social.

(E) diferem entre si em função de seu objeto, sendo apenas as empresas públicas autorizadas a prestar serviços públicos de titularidade do ente instituidor, reservando-se às sociedades de economia mista exclusivamente atividades industriais ou comerciais.

### 9. 2023

Suponha que o Estado pretenda instituir uma empresa pública que tenha por objeto social a elaboração de projetos e modelagens de grandes empreendimentos de infraestrutura. Ocorre que referida empresa atuará no mesmo segmento econômico que outras empresas privadas, operando assim em regime de competição no mercado. De acordo com a disciplina constitucional e legal pertinente, tem-se que

(A) afigura-se juridicamente vedada a instituição de empresa pública ou sociedade de economia mista para atuarem em segmento econômico onde esteja instaurado regime de competição próprio da livre iniciativa, somente podendo atuar na prestação de serviços públicos ou atividade econômica sujeita à regulação estatal ou monopólio.

(B) mostra-se, em tese, juridicamente cabível a instituição de empresa pública para atuação em regime de competição no mercado, mediante lei específica, porém desde que submetida a regime jurídico de direito público, afastado o regramento fiscal e trabalhista próprio das empresas privadas.

(C) não se mostra juridicamente viável a constituição de empresa pública para tal escopo, eis que elas são destinadas apenas à prestação de serviços públicos ou serviços sujeitos à regulação estatal, cabendo, contudo, a instituição de sociedade de economia mista para atuar em mercado competitivo.

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## 1. (2024)

Em uma eleição para presidente de um clube, havia quatro candidatos, A, B, C e D, e 600 eleitores. Cada eleitor votou em um, e apenas um, dos candidatos. Do total de eleitores, 40% eram mulheres e os demais, homens. O candidato A recebeu 35% dos votos dos eleitores homens e o candidato B recebeu metade dos votos dos eleitores homens. Os candidatos C e D receberam o mesmo número de votos dos eleitores homens. O candidato A recebeu 20% dos votos das eleitoras mulheres. Entre as eleitoras mulheres, o candidato B obteve 8 votos a mais do que o candidato C e 10 votos a mais do que o candidato D. Nessa eleição, a soma dos votos recebidos pelos candidatos B e D foi

- (A) 263.
- (B) 129.
- (C) 268.
- (D) 337.
- (E) 406.

## 2. (2024)

Em 1980 a diretoria de uma fábrica de transistores decidiu, que em 20 anos deveria aumentar a sua produção anual em 60%. A produção anual da fábrica após 20 anos foi de 4 000 transistores, exatamente 60% maior do que em 1980. A produção de transistores dessa fábrica em 1980 era de

- (A) 1 500.
- (B) 2 500.
- (C) 3 500.
- (D) 1 250.
- (E) 2 250.

## 3. (2024)

A biblioteca de Alberto contém livros escritos em inglês, francês e português. Do total de livros, 50% foram escritos em português e 10% são livros com capa dura.

Dos livros escritos em português, 8% têm capa dura. A porcentagem de livros de capa dura escritos em inglês ou francês é

- (A) 16%
- (B) 12%
- (C) 14%
- (D) 20%
- (E) 18%

## 4. (2023)

Um professor observou que em sua disciplina 70% dos alunos foram aprovados sem necessidade de fazer a prova de recuperação. Na prova de recuperação, ele verificou que compareceram apenas 90% dos reprovados na primeira avaliação e que todos os que compareceram foram aprovados. Sabendo-se que 3 alunos foram reprovados na disciplina, o total de alunos nessa disciplina era

- (A) 80
- (B) 100
- (C) 70
- (D) 200
- (E) 120

## 5. (2023)

Abelardo gasta sua renda mensal da seguinte maneira: metade da renda é destinada para gastos fixos, tais como moradia e supermercado. Para os gastos variáveis, como lazer, ele destina 25% da renda, e com saúde ele gasta 15% de sua renda. O restante ele destina à sua poupança. Se no mês de novembro Abelardo poupou R\$ 1.200,00, sua renda nesse mês foi de

- (A) R\$ 12.000,00
- (B) R\$ 6.000,00
- (C) R\$ 24.000,00
- (D) R\$ 8.000,00
- (E) R\$ 10.000,00

**6. (2023)**

João pediu emprestado R\$ 1.000,00 a serem pagos em 30 dias com acréscimo de 10%, mas como pagou antes do prazo recebeu desconto de 5% sobre o valor que deveria pagar. O valor pago pelo empréstimo foi de:

- (A) R\$ 1.105,00
- (B) R\$ 1.005,00
- (C) R\$ 1.045,00
- (D) R\$ 1.255,00
- (E) R\$ 1.095,00

**7. (2023)**

O aluguel do apartamento em que João mora custa R\$ 1.300,00 por mês acrescido do valor de R\$ 400,00, que corresponde às despesas do condomínio. João foi notificado que, a partir do próximo mês, o aluguel terá um reajuste de 5% e o valor do condomínio terá um reajuste de 13,5%. O acréscimo nas despesas de João com aluguel e condomínio no próximo mês será de:

- (A) 10,50%
- (B) 7,00%
- (C) 6,00%
- (D) 12,50%
- (E) 9,25%

**8. (2023)**

Uma empresa distribui o valor que entra mensalmente da seguinte maneira: metade é destinada a gastos fixos e, para os gastos variáveis, 25% do valor é destinada aos investimentos e 15% para o pagamento do pró-labore. O restante é depositado em um fundo emergencial. O dono da empresa fica com 90% do pró-labore. Se, no mês de novembro, o valor depositado no fundo emergencial foi de R\$ 32.000,00, então o dono da empresa recebeu nesse mês

- (A) R\$ 72.000,00
- (B) R\$ 36.000,00
- (C) R\$ 43.200,00
- (D) R\$ 48.000,00
- (E) R\$ 16.000,00

**9. (2023)**

Um ortopedista observou que 70% de seus pacientes pararam de sentir dor sem remédios e não precisaram de fisioterapia, o restante recebeu indicação de fisioterapia. Ele também observou que apenas 80% de seus pacientes com indicação de fisioterapia compareceram ao tratamento e que todos tiveram melhora em seu quadro de dor. Sabendo-se que 6 desses pacientes não fizeram fisioterapia, o total de pacientes observados pelo ortopedista foi

- (A) 120
- (B) 80
- (C) 100
- (D) 70
- (E) 200

**10. (2023)**

O salário de Marcos em janeiro de 2022 era R\$ 3.500,00. A partir de maio de 2022, o salário de Marcos foi reajustado em 10% e, a partir de outubro de 2022, o salário de Marcos foi novamente reajustado em 6%. O salário médio mensal de Marcos em 2022 foi, aproximadamente, de

- (A) R\$ 3.795,10
- (B) R\$ 4.081,52
- (C) R\$ 3.850,00
- (D) R\$ 3.791,08
- (E) R\$ 3.900,35

**11. (2023)**

Uma pesquisa sobre preferência entre três canais de TV a cabo, A, B e C, foi feita com 400 respondentes. Dos participantes da pesquisa, 30% eram do sexo feminino. O canal A é preferido por 35% dos homens e o canal B é preferido por metade dos homens. O canal A recebeu 35% dos votos femininos. Entre as mulheres, o canal B obteve 10 votos a mais do que o canal C. Nessa pesquisa, a ordem de preferência dos canais pesquisados, do mais preferido ao menos preferido, é

- (A) A, C, B.
- (B) A, B, C.
- (C) B, A, C.
- (D) B, C, A.
- (E) C, B, A.